

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62 Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-777-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.779211312>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.arenaeditora.com.br
contato@arenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade”, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas temáticas, ligadas à Educação, que a compõe.

Ao refletirmos sobre a Investigação Científica percebemos sua importância para a Educação, pois permite o desenvolvimento do potencial humano que os envolvidos mobilizam no processo de pesquisa; ou seja, é o espaço mais adequado para estimular a curiosidade epistemológica, conduzindo a aprendizagens que podem nascer de problemáticas postas pelas diversas questões cotidianas.

Depois da mobilização ocasionada pelas diversas inquietudes que nos movimentam na cotidianidade e ao aprendermos a fazer pesquisa, entendendo o rigor necessário, nos colocamos diante de objetos de conhecimentos que exigem pensar, refletir, explorar, testar questões, buscar formas de obter respostas, descobrir, inovar, inventar, imaginar e considerar os meios e recursos para atingir o objetivo desejado e ampliar o olhar acerca das questões de pesquisa.

Nesse sentido, os textos avaliados e aprovados para comporem este livro revelam a postura intelectual dos diversos autores, entendendo as suas interrogações de investigação, pois é na relação inevitável entre o sujeito epistemológico e o objeto intelectual que a mobilização do desconhecido decorre da superação do desconhecido. Esse movimento que caracteriza o sujeito enquanto pesquisador ilustra o processo de construção do conhecimento científico.

É esse movimento que nos oferece a oportunidade de avançar no conhecimento humano, nos possibilitando entender e descobrir o que em um primeiro momento parecia complicado. Isso faz do conhecimento uma rede de significados construída e compreendida a partir de dúvidas, incertezas, desafios, necessidades, desejos e interesses pelo conhecimento.

Assim, compreendendo todos esses elementos e considerando que a pesquisa não tem fim em si mesmo, percebe-se que ela é um meio para que o pesquisador cresça e possa contribuir socialmente na construção do conhecimento científico. Nessa teia reflexiva, o leitor conhecerá a importância desta obra, que aborda várias pesquisas do campo educacional, com especial foco nas evidências de temáticas insurgentes, reveladas pelo olhar de pesquisadores sobre os diversos objetos que os mobilizaram, evidenciando-se não apenas bases teóricas, mas a aplicação prática dessas pesquisas.

Boa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: UMA ANÁLISE PELO ASPECTO (MICRO) POLÍTICO

Nadia Hage Fialho

Ivan Luiz Novaes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113121>

CAPÍTULO 2..... 15

O DIREITO À EDUCAÇÃO E A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBICIONANDO A EFETIVAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) FIRMADOS NA AGENDA 2030

Cilene Magda Vasconcelos de Souza

Gabriel Mateus Moura de Andrade

José Luiz Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113122>

CAPÍTULO 3..... 27

FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DE ESTUDANTES DE CLASSES POPULARES, DO ENSINO BÁSICO, NO BRASIL E PORTUGAL: EM BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Clara Maria Almeida Rios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113123>

CAPÍTULO 4..... 45

FORMAÇÃO E ENSINO EM SAÚDE: ASPECTOS QUE PERMEIAM A CONSTRUÇÃO DO SER DOCENTE

Renata Scartezini Martins

Kelen Antunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113124>

CAPÍTULO 5..... 56

ESTILOS PARENTALES Y EL ROL ASUMIDO EN LA VIOLENCIA EN EL NOVIAZGO EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS

Claudia Rocío Bueno Castro

Gloria Margarita Gurrola Peña

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113125>

CAPÍTULO 6..... 68

ESTRÉS ACADÉMICO Y LOCUS DE CONTROL EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS: UN ESTUDIO COMPARATIVO

Aurora León Hernández

Sergio González Escobar

Norma Ivonne González Arratia López Fuentes

Blanca Estela Barcelata Eguiarte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113126>

CAPÍTULO 7	79
INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS ENTRE A VIDA E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE FRANS KRAJICBERG E A ÁREA DE EDUCAÇÃO, POTENCIALIZADAS PELO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE	
Uillian Trindade Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113127	
CAPÍTULO 8	90
A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E O DESAFIO DA MEDIAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO	
Ivanete Rodrigues dos Santos	
Gilberto Gomes dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113128	
CAPÍTULO 9	97
PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR	
Carla Giselle Duenha de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113129	
CAPÍTULO 10	112
NORMATIVAS LEGAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM FÍSICA	
Yasmin dos Santos de Araujo	
Yara Araujo Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131210	
CAPÍTULO 11	125
PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO GAMIFICADO PARA APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS POR ALUNOS SURDOS	
Raquel Fonseca Maldonado	
Mariana Leite Marques da Silva Bezerra	
Edison Souza Trindade	
Tábata de Oliveira Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131211	
CAPÍTULO 12	136
GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM CRIANÇAS E PROFESSORAS?	
Gislene Cabral de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131212	
CAPÍTULO 13	150
A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO COMO COMPLEMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA AS ESCOLAS DA REDE BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE	
José Vítor Rodrigues Santos	
Andrea Ferreira Soares	
Aline Lima de Oliveira Nepomuceno	

Francisco Prado Reis
Vera Lúcia Corrêa Feitosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131213>

CAPÍTULO 14..... 163

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: O QUE REVELAM OS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Osmar Mackeivicz
Viridiana Alves de Lara Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131214>

CAPÍTULO 15..... 174

O DISCURSO DE AUTOAJUDA E AS PRÁTICAS IDENTITÁRIAS DO SUJEITO PROFESSOR

Samuel Cavalcante da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131215>

CAPÍTULO 16..... 188

O USO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) NA ADAPTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS

Helano da Silva Santana Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131216>

CAPÍTULO 17..... 200

PONDERANDO EL PROCESO METACOGNITIVO EN NORMALISTAS POR MEDIO DEL APRENDIZAJE ACELERADO

Miryam Nava Cervantes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131217>

CAPÍTULO 18..... 207

IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO IFPA

Maria Cristina Afonso Ferreira
Maria de Fátima Matos de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131218>

CAPÍTULO 19..... 225

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE DO PAÍS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Letícia Pereira de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131219>

SOBRE OS ORGANIZADORES 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: UMA ANÁLISE PELO ASPECTO (MICRO) POLÍTICO

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 20/09/2021

Nadia Hage Fialho

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
<https://orcid.org/0000-0003-1712-6622>

Ivan Luiz Novaes

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
<https://orcid.org/0000-0003-2607-2304>

1 | INTRODUÇÃO

A diversidade institucional na oferta pública da educação superior no Brasil suscita importantes questões sobre as políticas educacionais. Com mais de cinco séculos de história, o País começa a visualizar uma estrutura educacional minimamente esboçada nos últimos trinta anos. Há risco de perdermos avanços até então conquistados - muitos ainda sujeitos a aprimoramentos e atualizações – e ou de não conseguirmos superar restos estruturais de um Estado marcado pelo “centralismo intervencionista, de ordem tributária e econômica (...), nas distorções do pacto federativo, no desequilíbrio, bem como na sobreposição de atribuições dos três poderes” (BAZZANELLA, BIRKNER, SILVA, 2018, p. 52). Características do Estado brasileiro caminham lado a lado com avanços na área da educação. Vejamos:

Constituição Federal (1988): educação, direito de todos, dever do estado e da família, com a colaboração da sociedade, direitos culturais dos povos; ECA (1990), prioridade a crianças e adolescentes; LDB (1996): gestão democrática, educação básica de 0 a 17 anos, perfil e formação dos profissionais da educação; FUNDEF (1997-2006) e FUNDEB (2007-...): de financiamento da educação pública, manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação; Lei n.º 11.114 (2005): início do ensino fundamental aos 6a de idade; Lei n.º 11.274 (2006): ensino fundamental de 9 anos; Lei n.º 11.738 (2008): piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica; pela EC 59 (2009): desvinculação das Receitas da União sobre os recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino; Lei n.º 13.005 (2014): Plano Nacional de Educação, dentre outros dispositivos. Por outro lado, há resistências que se apoiam nas minguiadas e delongadas decisões acerca das demandas da educação, não raras vezes impondo retrocessos que se agigantam, como no contexto político atual, diante do verbalismo desenfreado e das (des) medidas veneradas pelo governo que assumiu a Presidência do País em janeiro de 2019, o governo Bolsonaro-Mourão: desprestígio das universidades públicas; ingerência na gestão das universidades; desprezo à ciência e aos institutos de pesquisa; programa Future-se;

desmonte do Inep e da Capes; cortes nos orçamentos das universidades públicas e nas bolsas de estudo e de pesquisa; ataques ideológicos e perseguição a professores; projetos como o “escola sem partido” e “ensino domiciliar”; veto ao PL nº 3.477/2020 que previa acesso à *internet* para estudantes e escolas; imprecisão no uso de noções relativas à educação como serviço essencial ou direito essencial; inclusão da educação no teto de gasto (EC 95, de 2017) por vinte anos (de 2017 até 2036), e tantas outras. Com a pandemia e medidas sanitárias, o panorama se agravou, bifurcando-se, de um lado, para tentar deter o desmonte de uma estrutura ainda em processo de construção e de assimilação, de outro, para tentar enfrentar a gravidade e a extensão de problemáticas expostas pelas desigualdades sociais que, por sua vez, manifestavam também o desamparo de escolas e universidades, alunos e estudantes, profissionais da educação, abalando todas as instâncias educativas, educação de jovens e adultos, educação indígena, quilombola, privados de liberdade, enfim. Se já se anunciava a necessidade de mudanças nas políticas educacionais e na cultura escolar e universitária, este panorama indicou quão urgente e imperativo se fazia um novo ou um outro caminho, sobretudo com relação aos processos de ensino, de aprendizagem e de gestão da educação.

A matriz da organização descentralizada dos encargos atribuídos aos entes da federação (União, estados e municípios) no âmbito da educação e suas decorrências, instituída pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), conforma um tipo de federalismo educacional com grandes dificuldades para efetivar-se. O desenho dessa matriz aflora nos artigos n.º 23 (competências comuns da União, Estados, Distrito Federal e Municípios), n.º 211 (regime de colaboração entre os sistemas de ensino, modelo de financiamento e níveis de atuação prioritária por ente federado), n.º 213 (aplicação de recursos públicos à escola pública, admitido o acesso aos mesmos por escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, ou seja, entidades privadas sem fins lucrativos; e universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica se voltadas para atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação); e n.º 214 (criação, por lei, do plano nacional de educação, com periodicidade decenal, objetivos e abrangência); e das mudanças introduzidas pela EC n.º 59, de 2009 (redução do percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, obrigatoriedade do ensino de 4 a 17 anos e ampliação da abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica) e pela EC n.º 108 de 2020 (distribuição da cota municipal do ICMS, disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, planejamento na ordem social e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)).

Dentre inúmeras questões daí decorrentes, está a urgente e indispensável garantia de medidas para assegurar a equidade socioeducacional na oferta pública da educação e, no caso, da educação superior. Sob essa perspectiva, este artigo ressalta, do conjunto

das universidades públicas brasileiras (federais, estaduais e municipais), as universidades estaduais *multicampi*, dado que tal recorte nos permite expor, com razoável nitidez, a confluência de fatores em meio a macropolíticas e micropolíticas. Desse contexto emerge um paradigma hegemônico, constituído por normas constitucionais e infraconstitucionais, que não cede lugar às peculiaridades organizacionais e ou acadêmicas nem valoriza as potencialidades institucionais das universidades *multicampi* (FIALHO, 2000; VERHINE, 2005). Nesse caminhar, uma lógica vagarosa e estatizante, de racionalidade miúda, ressoa sobre o cotidiano da vida universitária, sua comunidade acadêmica, professores, técnicos e estudantes. É grande a extensão desse universo: 91 universidades *multicampi* (nas esferas federal, estadual ou municipal) dentre as 108 universidades públicas brasileiras (85% do total), presentes em todas as regiões do País, conforme levantamento que realizamos recentemente (FIALHO, 2020).¹

O tema, de inquestionável importância, requer aprofundamento e largueza. Neste artigo, dadas as limitações formais, tem-se o propósito de oferecer reflexões sobre o assunto, como contribuição à Área e na perspectiva da continuidade das análises. Desse modo, nossa abordagem foi estruturada segundo duas seções, além desta Introdução: seção 1 - UNIVERSIDADES MULTICAMPI NA MALHA NORMATIVA -, onde tratamos do entrelaçamento de questões derivadas do nosso federalismo educacional, apontando para financiamento, regulação e avaliação de universidades estaduais *multicampi*; e a seção 2 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UNIVERSIDADES ESTADUAIS MULTICAMPI, na qual apresentamos estudos e estratégias desenvolvidas em duas universidades estaduais *multicampi* sobre avaliação institucional, na perspectiva das micropolíticas e, portanto, do campo de forças, dos espaços de práticas, dos atores sociais, da governança e da gestão. O artigo finaliza ressaltando aspectos tratados nas seções 1 e 2, considerados fundamentais à pauta da educação.

2 | UNIVERSIDADES MULTICAMPI NA MALHA NORMATIVA

Universidades estaduais e universidades públicas *multicampi* são tema de relevância que cultivamos na nossa trajetória acadêmica. Marco dessa caminhada deu-se no desenvolvimento de tese sobre a Universidade Multicampi (FIALHO, 2000), ocasião em que tivemos a oportunidade de conhecer e refletir, de modo mais pertinente, sobre questões relativas à sua modalidade organizacional, à sua distribuição espacial e ao seu funcionamento. O estudo abrangeu seis universidades estaduais *multicampi*, de corporatura diversificada, em diferentes regiões do Brasil: Universidade do estado da Bahia

¹ Dados coletados nas bases E-Mec < <https://emec.mec.gov.br/> >; ANDIFES < <http://www.andifes.org.br/#> > e ABRUEM < http://www.abruem.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=279 >; < <http://portal.mec.gov.br/pec-g/cursos-e-instituicoes> >, e em sites de estados e ou universidades (PDI, estatutos, planejamentos estratégico, entre outros), pois o Censo da Educação Superior < <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior> > não traz a relação das universidades por modalidade organizacional ou localização espacial, nem os sites e-governo dispõem dessas informações ou, quando o fazem, em geral, não possuem dados atualizados.

(UNEB), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Estadual do Ceará (UECE), localizadas na região Nordeste; Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), na região Sudeste; e, na região Sul, a Universidade do estado de Santa Catarina (UDESC). A investigação identificou, dentre outras questões, aspectos gerais e problemáticas comuns, vivenciadas por essas universidades, a saber:

- a) Subordinação do modelo *multicampi* ao modelo padrão de universidades compostas por um único *campus* ou sediadas em um único município (mesmo quando compostas por mais de um *campus*);
- b) Carência de estudos, empíricos ou teóricos, sistemas de informação ou banco(s) de dados, a respeito, até, de dados básicos como relação das universidades *multicampi* existentes no Brasil ou nos seus estados, natureza jurídica (pública ou particular), vinculação administrativa (federal ou estadual ou municipal) etc.;
- c) Ambiguidade conceitual para designar os modelos universitários, a exemplo de *multicampi*, *unicampi*, *unicampus*, *multicampus*, universidades com *campus* fora da sede, *campus* avançado etc.;
- d) Uniformização dos critérios voltados para a avaliação institucional de universidades (em geral dirigidos a universidades litorâneas ou sediadas em capitais) desconsiderando questões enfrentadas pelas universidades *multicampi* nos municípios interioranos;
- e) Falta de responsabilidade governamental com os processos de implantação ou expansão da educação superior, por via da interiorização, sem garantir condições de manutenção de unidades e atividades universitárias, compelindo-as a limitar-se ao ensino de graduação, deixando desamparadas as finalidades estatutárias relativas ao ensino e à oferta da pós-graduação, à pesquisa e à extensão universitária.

Esses aspectos, compartilhados por distintas universidades *multicampi*, contribuíram para desmistificar a noção corriqueira, do senso-comum, que aludia problemas na gestão universitária à uma problemática da universidade, cada uma de *per si*, ou seja, restrita à sua condição *unebiana*, *uesbiana*, *ueciana*, *uerjiana*, *unespiana* ou *udesciana*. A investigação fez surgir o contexto maior que abrigava essas universidades, o contexto das macropolíticas; o grau de intensidade com o que as distintas realidades agiam sobre as problemáticas comuns; singularidades nos modos para instituir-se e gestar-se: como realizam a interiorização, qual perfil acadêmico resulta dessa interiorização, como caracterizam a governança e a gestão universitária, qual o alcance espacial, quais estratégias adotam para funcionarem na moldura normativa que só contempla universidades com um único campus ou medidas num único município, em geral localizadas na faixa litorânea do país.

Para ilustrar, tomamos aqui a UNEB, idealizada pelo Professor Edivaldo Machado Boaventura como um sistema de educação para a Bahia, segundo três dimensões: (i) qualificação das redes de ensino por meio da formação de professores; (ii) ampliação das

oportunidades educacionais por via da distribuição regional dos *campi* universitários; e (iii) compromisso com as identidades e diversidades culturais da Bahia (BOAVENTURA, 2009; IYSEN, ROSÁRIO, PIMENTA, 2020. FIALHO, 2020). O acerto dessas perspectivas se confirma em vários estudos, a exemplo das teses (a) *Financiamento público das universidades estaduais baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local* (BARBOSA, C., 2013) e (b) *A presença da Universidade do Estado da Bahia nos meios locais: o perfil e a inserção profissional dos seus egressos licenciados* (BARBOSA, E.R.O., 2016). Entretanto, esta concepção não teve, ainda, a devida acolhida na malha normativa das políticas nacionais e nem das políticas estaduais, onde enfrenta as mesmas restrições impostas às demais universidades *multicampi* do País. Ações governamentais diretas adentram as universidades estaduais, sem consulta às suas comunidades, como as que se deram, na Bahia, no Governo Paulo Souto (1995-1998), tendo por Secretário de Educação o Professor Edilson Souto Freire, como a publicação da Lei n.º 7.176 (BAHIA, 1997), em evidente insciência dos fundamentos, referências e experiências, nacionais e internacionais, que firmaram os projetos de cada uma, seus alcances e prospecções. A imposição do modelo binário se deu de modo generalizado, comprimindo a gestão dos *campi*, dos departamentos, das coordenações de curso etc., subtraindo-lhes o nível decisório intermediário e sem propostas que contemplassem as especificidades dos seus modelos. As universidades estaduais baianas e, em especial, as *multicampi* - UNEB e UESB - vivenciaram duros impactos sobre a gestão acadêmico-administrativa, atingidas pela topetada segmentação, que reforçava a lógica uniformizante e padronizadora das normativas nacionais, independentemente das suas configurações. O ato governamental foi além, levando à extinção da Faculdade de Educação do Estado da Bahia (FAEEBA), até então integrante do projeto original da UNEB, concebida por Boaventura sob a inspiração de Anísio Teixeira (BOAVENTURA, 2009; FIALHO, NOVAES, 2009; IYSEN, ROSÁRIO, PIMENTA, 2020). A referida Lei foi revogada oito anos depois (Lei n.º 13.466/20015), sob pressão das universidades estaduais baianas; entretanto, o ato de revogação não fez menção à FAEEBA. Eventos dessa natureza evidenciam dinâmicas na arena das micropolíticas, como vemos no registro de Fialho e Novaes (2009) em publicação de homenagem aos 25 anos da FAEEBA, então extinta:

Essas ocorrências não se dão no vazio, nem estão esquecidas; revivem, por exemplo, no nome (do) periódico Revista da Faeeba, criado em 1992, como expressão de resistência da comunidade acadêmica e de manutenção da sua identidade institucional. (p. 26).

Macropolíticas responsáveis pelo modelo de financiamento para a educação superior pública apoiam-se no art. 211 da Constituição Federal:

A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino

mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (BRASIL,1988).

Este dispositivo fixa a obrigatoriedade da União para o financiar o sistema *federal* e para exercer função redistributiva e supletiva junto a estados e municípios como forma de garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira. Esse arranjo – longe de assegurar equalização e qualidade - reforça distorções no campo educacional pois não assegura isonomia no tratamento das universidades *estaduais* e das *municipais*, ambas *públicas*. Na mesma Carta, essa questão entrelaça-se com os níveis de atuação prioritária dos entes federados: municípios voltam-se para o ensino fundamental e a educação infantil; e os estados e Distrito Federal para o ensino fundamental e médio. Como estados e municípios dedicam-se, prioritariamente, à Educação Básica, e a União assume o dever de agir em caráter redistributivo e supletivo, há de se colocar em pauta a questão do financiamento das universidades estaduais - e estaduais *multicampi* -, posto que o financiamento enlaça a vida universitária, a regulação e avaliação institucional (BARROSO, 2005, 2018; CRUZ, 2009, DOURADO, 2013, MAROY, 2011; BAMPI, DIEHL, 2013; RAMOS, I. F., ALBRECHT, 2014; RAMOS, G. P.; ROTHEN, FERNANDES, 2019).

Universidades estaduais *multicampi* respondem às normativas de regulação e de avaliação institucional como as demais universidades *públicas*; e o fazem em condições diferenciadas de financiamento. Admitida a condição orçamentária-financeira dos estados e municípios para, além do atendimento prioritário aos níveis da Educação Básica sob sua responsabilidade, garantir recursos para a educação superior, não há o que mais questionar. Entretanto, a realidade não é essa. Na Bahia, por exemplo, a Constituição Estadual (BAHIA, 1989) determinou a obrigatoriedade do Estado para com a manutenção **integral** das instituições estaduais do ensino superior (art. 262-CE 1989); e facultou apoio financeiro, pelo Poder Público, para atividades universitárias de pesquisa e extensão (art. 261-CE 1989). Não é, entretanto, o que vivenciam as estaduais baianas – entre as quais estão duas *multicampi* –, conforme lutas empreendidas por suas representações sindicais, documentos institucionais, teses e estudos a elas dedicados (LOPES, 2001; COSTA, MIRANDA, 2011; FIALHO, 2011; BARBOSA, C., 2013; MIRANDA, 2013; BARBOSA, C. 2016; CONCEIÇÃO, MOTA JUNIOR, 2016; FIALHO, NOVAES, CARNEIRO, 2016; PIMENTA, 2016; SANTOS, SANTOS, 2016; SILVA, FIALHO, 2016; MOTA JUNIOR, 2018, entre outros).

Diante do disposto nos textos constitucionais (aqui nos referimos à CF 1988 e à CE/Ba 1989), o estado da Bahia deve comprovar o atendimento **integral** das universidades estaduais (*multicampi* ou não) no período de 1989 até o presente; e a União terá de demonstrar a assistência técnica e financeira prestada ao estado da Bahia, em decorrência de redistribuição ou suplementação de recursos, para a educação superior pública – universidades estaduais -, frente ao desprovimento do estado. Não o fazendo, caracteriza-

se inobservância à Constituição, federal e ou estadual. O regramento constitucional da Bahia, fala de atendimento *integral*, ou seja, atendimento *pleno, completo*. No caso da União, função redistributiva refere-se a *distribuir outra vez, distribuir por outras áreas*; e função supletiva compreende *acréscimo, completar algo, suplementar*. Em ambos os casos, significa agir, agir para diminuir desigualdades educacionais e garantir o padrão mínimo de qualidade do ensino. Não se trata de fazer qualquer ação nem de uma opção entre fazer ou deixar de fazer; de modo que não se configura, sob nenhuma hipótese, caráter subsidiário, acessório ou secundário; são ações obrigatórias, demarcadas por finalidades expressas nos respectivos textos constitucionais.

3 | AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM UNIVERSIDADES ESTADUAIS MULTICAMPI

Nesta seção, escolhemos estudos desenvolvidos em duas universidades estaduais *multicampi* da Bahia sobre a avaliação institucional. A abordagem visa mostrar a importância da abordagem sobre micropolíticas (CERTEAU, 1985, 1999, 2002; DOURADO, 2013; SEGATTO, 2015; FERRAÇO, AMORIM, 2017, entre outros), que se instauram nas relações de poder e nas relações intersubjetivas, interrelacionadas e geradoras de processos de subjetivação, sempre inconclusos, provisórios, em movimento ou mudança. Micropolíticas é tema cada vez mais frequente em estudos de várias áreas (ciência política, sociologia, educação, psicanálise, administração, psicologia, saúde, entre outras), com considerável prevalência no campo das políticas públicas; falam de um campo de forças onde operam tensões, resistências, alinhamentos, cumplicidades etc., que se expressa em espaços de práticas, com a participação de atores sociais, em contextos de governança e de gestão. Governança é, em geral, compreendida como forma de governar buscando o equilíbrio entre diferentes (Ex: Estado, a sociedade civil e mercado) seja em nível local, nacional e ou internacional; e gestão aproxima-se da ideia de ação política, que expressa conflitos e arranjos construídos por atores sociais, frequentemente sujeita à interveniência de instâncias outras, de caráter transnacional, nacional ou local.

Estudo realizado por Ivan Luiz Novaes e Breno Pádua Brandão Carneiro (2014) abordou a organização universitária contemporânea e a avaliação institucional, segundo dois eixos: (i) fundamento teórico sustentado por revisão de literatura, com ênfase nas formas de organização da Universidade, o que permitiu lhes identificar alguns dilemas na relação universidade, Estado e sociedade e suas repercussões na condução de processos de gestão e avaliação; e (ii) enfoque de natureza empírica, consubstanciado em experiências vivenciadas no âmbito da UNEB, especialmente no que se refere à implantação da Secretaria Especial de Avaliação Institucional (SEAVI). Os autores constataram que os dilemas são uma constante na vida universitária, a exemplo de “Quando se implantam novos programas de ensino, se ampliam as demandas administrativas, surgem novos dilemas e

se manifestam as tensões entre formas tradicionais e emergentes de gerir a Universidade.” E ressaltaram o acerto da Universidade ao instalar uma instância especificamente voltada para a avaliação institucional (no caso, a SEAVI/UNEB), a qual, para além das suas específicas atribuições, revelou-se como “[...] importante referência aos estudos, pesquisas e experiências empíricas”, inclusive para “[...] melhor compreender a complexa teia que entrelaça a gestão universitária, seus dilemas e estratégias de enfrentamento”. O acervo reunido ou construído pela SEAVI constitui, hoje, ampla base de dados e informações sobre a Universidade, em todas as suas dimensões. Aqui enfatizamos que iniciativas assim têm contribuído para melhor compreender e ou enfrentar “[...] as constantes e céleres transformações que se impõem à gestão da universidade ...”, evitando-se as chamadas “retóricas evasivas”, as quais, vale acrescentar, se por um lado tendem a definir, por outro, geralmente só esmorecem depois de constatado o dano que produziram. Confirmando tal perspectiva, nas conclusões, Novaes e Carneiro (2014) destacaram que suas contribuições:

visam, sumariamente, ressaltar a necessidade de explorar contextos específicos, como o da UNEB, ressaltando suas características particulares, como universidade estadual, pública e multicampi e os desafios e dilemas por implantar um sistema de avaliação que possa corresponder às demandas oficiais, bem como às suas exigências internas por melhor qualificação dos programas que oferta à sociedade. (NOVAES, CARNEIRO, 2014).

Antônio de Macedo Mota Junior (2016) abordou a expansão da oferta de educação superior no País sob a perspectiva das políticas públicas educacionais, com ênfase na educação superior do Brasil e marcos normativos (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Plano Nacional de Educação 2014-2024). O autor trouxe, ao leitor, minuciosa revisão dos termos política, políticas públicas e políticas educacionais, em correspondência ao sentido atribuído por vários estudiosos, com respectivas demarcações histórico-temporais. Mota Junior (2016) destacou que as políticas educacionais são instituídas como políticas públicas de cunho social, que visam a diminuição das desigualdades sociais, no âmbito educacional, e que a expansão da oferta da educação superior, com significativa evolução, foi determinada pela liberalização e incentivo à iniciativa privada, e por ações do governo federal, como o Programa REUNI. Interessante assinalar o destaque à noção de “não-ação”, figura da doutrina jurídica, com significados variados ou complementares: Hecló (1972) *apud* Dagnino et al (2002, p. 2): “uma política pode ser considerada como um curso de uma ação ou inação (ou “não-ação”), mais do que decisões ou ações específicas”; Bachrach e Baratz (1962) *apud* Cavalcanti (2012, p. 36): “la no consideración de la posibilidad de decidir”, ou seja, a não tomada de decisões; Bachrach e Baratz (1962) e Hecló (1972): “não-ação”, “não decisão” ou “não tomada de decisões”, ou seja, a decisão de não agir como política pública (DYE, 1976; 1984); Michel (2002): políticas públicas como atividades simbólicas (decisões de não agir) ou materiais (ações concretas), conduzidas por autoridades públicas (CAVALCANTI, 2012;

DAGNINO, 2002; SOUZA, 2006); Rua (2009, p. 72): “quando um estado de coisas persiste, resistindo às provocações ao debate público, configura-se o que Bachrach e Baratz (*apud* DAGNINO, 2002) conceituam como “não decisão”. Sendo assim, esse processo de “não decisão” não significa ausência de decisão (...) mas, sim, (...) travamento do processo decisório ... (RUA, 2009); Cavalcanti (2012, p. 41): política pública como “um curso de inação ou ação, escolhido por autoridades públicas para focalizar um problema que é expresso no corpo das leis, regulamentos, decisões e ações de governo”. (MOTA JUNIOR, 2016). Como se observa, são perspectivas que podem orientar futuros estudos acerca do comportamento do Estado perante suas políticas educacionais.

A tese desenvolvida por José Lúcio Santos Muniz (2020) abordou as dinâmicas de construção de um processo de avaliação institucional, em uma universidade estadual *multicampi* (UESB), tendo como foco a participação dos professores:

Pesquisar sobre as dinâmicas de participação na construção de práticas que se estabelecem no interior da universidade é reconhecer a influência do universo normativo e das orientações legais enquanto processos do aparato burocrático, é perceber o contexto político de constituição de interesses como uma condição importante da realidade organizacional, é analisar as ações estratégicas dos atores, na intenção de tornar possível a compreensão da organização como uma realidade social marcada pela pluralidade de valores e interesses. (MUNIZ, 2020, p.6).

Com base nos resultados coletados junto à Comissão de Avaliação Institucional da UESB, foram identificados fatores micropolíticos implícitos no processo de construção do referido Projeto de Autoavaliação: conquista de benefícios profissionais e conflito de interesses entre as coalizões da Universidade que disputavam a conquista do poder:

[...] a tensão gerada pelo cenário de criação e apropriação funcional de um dispositivo interno de avaliação na UESB, oscilou entre a consensualidade em torno de um mecanismo de regulação e a conflitualidade decorrente da apropriação política deste instrumento de controle. Praticamente, o equilíbrio instável promovido pelo processo de construção da autoavaliação na UESB estabeleceu-se, em um dado momento, como uma relação de cumplicidade estratégica entre os docentes e a administração, e num outro momento, como instância de confronto entre as coalizões que objetivaram influenciar os processos de tomada de decisão. (MUNIZ, 2020, p. 174).

A tese constata micropolíticas implicadas naquele processo de avaliação institucional, servido de referência para outros estudos.

4 | CONCLUSÕES

Reunimos, neste artigo, estudos dedicados à compreensão das universidades *multicampi* com apoio na literatura da área da Educação e áreas correlatas, referenciados pela legislação, como forma de demonstrar barreiras ou limitações de ordem normativa, fortemente estatizantes e incapazes de perceber – ou admitir – a diversidade das identidades

institucionais assumidas por essas universidades. Esse traçado permitiu vislumbrar a arena das micropolíticas e das dinâmicas de imposição, sujeição ou resistência derivadas do poder exercido por governantes (mesmo quando mediado por normativas) e ou por atores universitários. Macropolíticas educacionais bem como desmedidas ações governamentais podem dar causa às condições de desempenho institucional de universidades *multicampi*, sejam elas de natureza acadêmica ou de gestão; estratégias assumidas pelos atores e comunidade universitária podem determinar a capacidade de enfrentamento ou de superação das raias limitantes ao *que-fazer* da universidade pública, na sua versão universidade estadual *multicampi*. Ainda que frequentemente implícitas, o embate entre normativas institucionalizadas e ou em processos de institucionalização e dinâmicas, instituídas e ou embebidas de caráter instituinte, engendradas nas políticas educacionais e no cotidiano da universidade, é o que define, no final das contas, caminhos a seguir, a recorrer, a destituir, a instituir. Essas são questões conectadas com as demandas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia** (De 05 de outubro de 1989). *Diário Oficial [do] estado da Bahia*. Salvador, Bahia, 06 out. 1989. Disponível em: < <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-05-de-outubro-de-1989> >. Acesso em: 14 ago 2021.

BAHIA. **Lei nº 7.176 de 10 de setembro de 1997**. Reestrutura as universidades estaduais da Bahia e dá outras providências. *Diário Oficial do estado da Bahia*. Salvador, n. 16.617, 11 set 1997. Seção 1, p. 10-12. Disponível em < <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85403/lei-7176-97> >. Acesso: em 6 set 2021.

BAMPI, A. C.; DIEHL, J. O. O modelo Multicampi de Universidade e suas relações com a Sociedade. In: **XIII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas**, 2013. Tema: Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea. Área Temática: Impacto y Eficacia Social de la Universidad. p. 1-15. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114920> >. Acesso em: 10 set 2020.

BARBOSA, C. Financiamento e restrições orçamentárias das universidades estaduais baianas. In: FIALHO, N. H. (Org.) **Universidades estaduais e financiamento da educação superior na Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2016. Disponível em:< http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/1448/1/Univ_estad_financ_educ_superior_BA.pdf >. Acesso em: 28 ago 2021.

BARBOSA, C. Financiamento público das universidades estaduais baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local. 2013. 164 f. **Tese** (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em:< <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/1109141328.pdf> >. Acesso em: 28 ago 2021.

BARBOSA, E. R. O. A presença da Universidade do Estado da Bahia nos meios locais: o perfil e a inserção profissional dos seus egressos licenciados. 2016. 211 f. **Tese** (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: < <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/11/ELISIANA-RODRIGUES-OLIVEIRA-BARBOSA.pdf> >. Acesso em: 28 ago 2021.

BARROSO, J. A transversalidade das regulações em educação: modelo de análise para o estudo das políticas educativas em Portugal. In: *Educação e Sociedade* Campinas: **CEDES**, v. 39, n. 145, 2018. p. 1075-1097. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/330310251_Barroso_Joao_2018_A_transversalidade_das_regulacoes_em_educacao_Modelo_de_analise_para_o_estudo_das_politicas_educativas_em_Portugal >. Acesso em 2 set 2021.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. In: *Educação e Sociedade* Campinas: **CEDES**, v. 26, n. 92, 2005. p. 725-751. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/TVLjsSNcwyChwwYkxtGX7YD/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em 28 ago 2021.

BAZZANELLA, S.L., W. M. K., BIRKNER, SILVA, E. da. Razão do Estado Brasileiro e suas variáveis históricas. *Revista Humus*. vol. 8, num. 22, 2018. Disponível em: < <http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/8711> >

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência**. Salvador: Eudfba, 2009. Disponível em: < <https://play.google.com/books/reader?id=HTUNAAAQBAJ&hl=pt-BR&printsec=frontcover&pg=GBS.PP1.w.0.0.0.3> >. Acesso em 9 ago 2021.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 1 set 2021.

BRASIL **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de Agosto de 2020**. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm >. Acesso em: 1 set 2021.

BRASIL **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de Dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm#art2 >. Acesso em: 1 set. 2021.

BRASIL **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de Novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm > Acesso em: 1 set 2021.

CERTEAU, M. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: ZMRECSANYI, M. I. Q. F. (Org). **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano**. São Paulo: FAU/USP, 1985. p. 3-17.

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/389695511/316655888-A-Cultura-no-Plural-Michel-de-Certeau-pdf-pdf> >, Acesso em 12 set 2021.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2002.

CONCEIÇÃO, S. H., MOTA JUNIOR, A de M. Política de financiamento das universidades estaduais baianas: desafios e reflexões. In: FIALHO, Nadia Hage (Org.) **Universidades estaduais e financiamento da educação superior na Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2016. Disponível em:< http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/1448/1/Univ_estad_financ_educ_superior_BA.pdf >. Acesso em: 28 ago 2021.

COSTA, P. L. S.; MIRANDA, M. R. F. A. Educação superior e desenvolvimento no estado da Bahia: um estudo sobre as universidades estaduais baianas. In: **Circuito de Debates Acadêmicos**, 1., 2011, Salvador. Anais... Salvador: IPEA, 2011. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo22.pdf> >. Acesso em: 12 abr. 2021.

CRUZ, R. E. da. Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque. São Paulo, USP, 2009. **Tese**. (Doutorado em XXX). Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122009-101928/publico/Rosana_Evangelista_Cruz.pdf >. Acesso em 14 ago 2021.

DOURADO, L. F. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao Direito à Educação Básica. **Educação e Sociedade**, 34 (124). 2013. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/rGDSjRsQYMwH9WZC8NCYjrL/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em 14 ago 2021.

FERRAÇO, C. E., AMORIM, A. C. Micropolítica, Democracia e Educação. **Teias** v. 18 • n. 51 • 2017 (Out./Dez.):Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/31634/22832> >. Acesso em: 6 set 2021.

FIALHO, N. H. Edivaldo como construtor institucional, gestor e proponente de políticas públicas educacionais: uma questão de justiça e reconhecimento. In: BAIARDI, Almícar (Org.) **Edivaldo Machado Boaventura. Acadêmico polivalente, construtor institucional, gestor e proponente de políticas educacionais**. Salvador, Bahia. 2020. Disponível em: < http://www.cienciasbahia.org.br/boaventura/wp-content/uploads/2020/08/livro_edivaldoboaventura.pdf >. Acesso em: 12 ago 2021.

FIALHO, N. H. **Educação superior no Brasil: universidades estaduais à deriva?** Salvador: GESTEC/Unep, 30 out. 2011. Disponível em: < <http://www.uneb.br/gestec/files/2011/10/Artigo-Educação-Superior-no-Brasil-universidades-estaduais-à-deriva-30out201115.pdf> >. Acesso em: 12 ago. 2021.

FIALHO, N. H. Relatório Final 2019/2020 – Consultoria. Sistematização de Informações, Assessoria Técnica – Recredenciamento. Salvador: UNEB, 2020.

FIALHO, N. H. Universidade Multicampi: modalidade organizacional, espacialidade e funcionamento. 2000. 394 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

FIALHO, N. H., NOVAES, I. L. Gestão universitária e gestão dos sistemas de ensino: desafios de uma articulação sob a inspiração de Anísio Teixeira. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, n. especial, jul./dez. 2009. p. 25-40. Disponível em: < <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/issue/view/247> >. Acesso em: 12 ago 2021.

FIALHO, N. H.; NOVAES, I. L., CARNEIRO, B. P. B. Universidades estaduais e financiamento da educação superior: notas sobre paradoxos, relevância e sustentabilidade. In: FIALHO, N. H. (Org.) **Universidades estaduais e financiamento da educação superior na Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2016. Disponível em: < http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/1448/1/Univ_estad_financ_educ_superior_BA.pdf >. Acesso em: 28 ago 2021.

YSEN, A.; ROSÁRIO, B. L. do; PIMENTA, L. B. (org.). **A criação da UNEB: percursos de Edivaldo Boaventura**. Itabuna: Ba.: Mondrongo, 2020.

LOPES, R. P. M. Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2001. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001. 150f. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17259> >. Acesso em: 12 ago. 2021.

MAROY, C. Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa? In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C. (Orgs.). **Políticas públicas e educação**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011. p. 19-46.

MIRANDA, M. R. F. A. Investimentos públicos diretos em educação superior na Bahia: um estudo de caso sobre o Sistema Estadual de Educação Superior da Bahia. 2013. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013. 229f.

MOTA JUNIOR, A. de M. As Universidades Estaduais da Bahia e o Desenvolvimento Local e Regional. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, ano 2, v. 2, n. 2, jul.-dez. 2018. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/16810> >. Acesso em: 12 ago 2021.

MOTA JUNIOR, A. de M. Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil. **XVI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU** Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad. Arequipa, Peru, 23, 24 e 25 de novembro de 2016. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/78553592.pdf> >. Acesso em: 3 set 2021

MUNIZ, J. L. S. Participação Docente na Universidade *Multicampi*: as micropolíticas na construção de um processo de avaliação institucional. 2020. 183f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade da Universidade do estado da Bahia, BA, 2020.

NOVAES, I. L., CARNEIRO, B. P. B. Dilemas da Gestão em uma Universidade Estadual Multicampi: a Implantação da Secretaria Especial de Avaliação Institucional (SEAVI/UNEB). **XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU** A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade Florianópolis, Santa Catarina, Brasil 3, 4 e 5 de dezembro de 2014. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131927> >; < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131927/2014-271.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 2 set 2021.

PIMENTA, L. B. Universidade: características dos instrumentos da gestão. In: FIALHO, N. H. (Org.) **Universidades estaduais e financiamento da educação superior na Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2016. Disponível em:< http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/1448/1/Univ_estad_financ_educ_superior_BA.pdf >. Acesso em: 28 ago 2021.

RAMOS, G. P.; ROTHEN, J. C.; FERNANDES, M. C. da S. G. Mecanismos de avaliação e regulação da Universidade Federal Brasileira no REUNI: entre a proposta e o contrato. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 6, p. e020015, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v6i0.8655096. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8655096> >. Acesso em: 28 ago 2021.

RAMOS, I. F.; ALBRECHT, J. V. **Regulação e Ensino Superior no Brasil**. Documento de Trabalho nº 112, 2014. Disponível em: < https://www.academia.edu/12635500/Regula%C3%A7%C3%A3o_e_Ensino_Superior_no_Brasil >. Acesso em: 12 set 2021.

SANTOS, M. A. E. M., SANTOS, P. C. M.de A. Financiamento da educação superior no estado da Bahia: uma análise do Programa Educação Superior no Século XXI entre 2012-2015. In: FIALHO, N. H. (Org.) **Universidades estaduais e financiamento da educação superior na Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2016. Disponível em:< http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/1448/1/Univ_estad_financ_educ_superior_BA.pdf >. Acesso em: 28 ago 2021.

SEGATTO, C. I. O papel dos governos estaduais nas políticas municipais de Educação: uma análise dos modelos de cooperação intergovernamental. 2015. 196 f. **Tese** (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. 2015. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13542> >. Acesso em 12 set 2021.

SILVA, M.R.F.de A. M, FIALHO, N. H. Financiamento da educação superior *versus* orçamentos públicos das Universidades Estaduais: a práxis da Bahia. In: FIALHO, Nadia Hage (Org.) **Universidades estaduais e financiamento da educação superior na Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2016. Disponível em:< http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/1448/1/Univ_estad_financ_educ_superior_BA.pdf >. Acesso em: 28 ago 2021.

VERHINE, R. E. Prefácio. In: FIALHO, Nadia Hage Fialho. **Universidade Multicampi**. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005. (p. 13-14).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono escolar 27, 28, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 44
Acessibilidade 125, 188, 198
Aprendizaje acelerado 200, 201, 202, 204, 206
Arte 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 150, 187
Autoajuda 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186
Avaliação da aprendizagem 95, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 172

B

Biologia 94, 115, 124, 134, 135, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 161

C

Ciências 13, 27, 33, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 51, 83, 90, 110, 114, 115, 116, 119, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 139, 140, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 161, 162, 176, 222, 223, 224, 233
Círculos de construção de paz 97, 99, 103, 104, 106, 109
Classes populares 27, 28, 30, 42
Comunicação gesto-visual 125
Comunidade escolar 91, 97, 100, 103, 108, 110, 127, 129, 150, 151, 152, 156, 159, 160
Coordenação pedagógica 90, 91, 92, 93, 96
Corpo 9, 52, 93, 114, 129, 130, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 147, 148, 149, 158, 179, 182, 208, 209
Currículo 43, 95, 105, 112, 113, 115, 118, 121, 122, 134, 147, 209

D

Desempenho escolar 28, 30, 31, 32, 39, 43, 159, 161
Desenvolvimento 1, 2, 3, 5, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 38, 40, 42, 43, 48, 49, 51, 55, 90, 91, 92, 95, 97, 99, 100, 101, 104, 107, 108, 109, 113, 114, 116, 118, 122, 123, 139, 147, 152, 153, 154, 158, 160, 163, 167, 168, 171, 183, 189, 190, 191, 192, 208, 209, 211, 217, 218, 220, 221, 225, 227, 228, 230, 233
Discentes 45, 46, 92, 125, 152, 153, 154, 163, 164, 171, 204, 209, 228, 229, 230
Docência 45, 47, 52, 53, 55, 93, 117, 124, 134, 153, 164, 165, 166, 171, 172, 173, 233

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 109, 110,

112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 233

Educação a distância 49, 50, 55

Educação infantil 6, 136, 137, 138, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Educação profissional 2, 207, 208, 210, 211, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Ensino superior 6, 14, 22, 30, 52, 53, 55, 81, 113, 118, 154, 163, 164, 165, 166, 169, 172, 199, 208, 209, 225, 226, 227, 228, 232, 233

Escola 2, 14, 19, 27, 30, 32, 39, 41, 42, 44, 47, 51, 80, 81, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 117, 126, 134, 136, 137, 140, 141, 142, 146, 147, 156, 157, 158, 167, 168, 172, 184, 185, 193, 198, 209, 211, 215, 216, 223

Estilo parental 56, 57, 58, 61, 63, 64

Estrés acadêmico 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77

Estressores 68, 69, 70, 72

Evasão 42, 168, 207, 208, 223, 227

Exclusão 28, 39, 42, 43, 143, 154, 180

Extensão 2, 3, 4, 6, 36, 52, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161, 162, 208, 233

F

Família 1, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 82, 99, 104, 140, 147, 148, 181

Formação 1, 4, 22, 28, 33, 34, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 55, 83, 88, 91, 93, 94, 95, 96, 103, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 143, 153, 154, 162, 164, 165, 166, 168, 172, 173, 179, 211, 214, 221, 226, 233

Formação docente 91, 93, 96, 113, 117, 118, 121, 122, 162

H

Habilidades cognitivas 200, 203

Humanismo 84, 177, 178

I

Identidade 5, 27, 29, 44, 46, 52, 53, 113, 122, 124, 137, 141, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187

Infância 22, 31, 36, 108, 136, 138, 139, 143, 148, 149

J

Justiça restaurativa 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111

L

Legislação para formação de professores 112, 115, 116

Licenciatura em Física 112, 113, 116, 120, 122, 123, 124

Língua Brasileira de Sinais - Libras 188, 192

Locus de control 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

M

Mediação pedagógica 55, 90, 91

Metacognición 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

N

Neoliberalismo 174, 186, 222

P

Pedagogia visual 125, 126, 127, 129, 134

Permanência estudantil 207, 208

Políticas de assistência estudantil 207

Políticas públicas 7, 8, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 24, 42, 140, 149, 184, 190, 213, 216, 218, 222, 223, 226, 227, 231, 232

Professor 4, 5, 15, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 90, 93, 94, 95, 102, 112, 114, 115, 118, 124, 128, 133, 137, 153, 155, 156, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 192, 198, 233

R

Recursos Educacionais Abertos - REA 188, 195, 198

Relações de gênero 136, 137, 141, 142, 144

Rizoma 79, 84, 85, 87, 88

S

Saúde 7, 21, 45, 46, 49, 55, 150, 151, 162, 208, 212, 213, 214, 227

Scratch 125, 126, 127, 130, 131, 132, 135

Surdos 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 188, 192, 193, 195, 196, 198

Sustentabilidade 13, 15, 161

T

Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC 188

Território 79, 82, 140, 157

Trabalho pedagógico 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

U

Universitarios 56, 61, 65, 67, 68, 69, 76, 77, 204

V

Violencia en el noviazgo 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

